

PROCESSO: 0005876-33.2010.8.26.0115

EXEQUENTE: PLANAR PLANEJAMENTO IMOBILIÁRIO SC LTDA

EXECUTADA: SIDELEI APARECIDA DOS SANTOS

A DRA **PATRICIA CAYRES MARIOTTI**, MMa. Juíza de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Campo Limpo Paulista/SP, FAZ SABER a quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento que com fulcro no artigo 879, II e 881, §1 do NCPC e regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, através do **Sistema BIGLEILÃO** “www.bigleilao.com.br” portal de leilões on-line sob a gestão do Leiloeiro Oficial Raphael Cavalli Yarid, devidamente matriculado na JUCESP sob a matrícula nº 760, levará a público leilão em **1º Praça com abertura em 27 de JUNHO de 2017 e encerramento no dia 30 de JUNHO de 2017 as 14:00 horas**, ocasião em que o bem não poderá ser vendido por lance inferior ao da avaliação, caso em que não havendo licitantes o leilão seguir-se-á sem interrupção até o **encerramento da 2ª Praça que ocorrerá no dia 21 de JULHO de 2017 14:00 horas**, ocasião em que o bem será vendido a quem maior lance der, devendo observar que não serão aceitos lances inferiores a 50% do valor de avaliação, observando-se o caso, a limitação do artº 896 do NCPC, em caso de bens de incapaz, os bens penhorados:

- 01) Os direitos que a executada possui sobre o Imóvel: Parte de 50% (cinquenta por cento) do Lote “11 da quadra Y do Loteamento Jd. Santo Antonio” denominada em Compromisso de Compra e Venda como “Lote 11-B” (onze lado B) da quadra “Y” do Loteamento Jardim Santo Antonio, situado no município de Campo Limpo Paulista, com área de 125,00m², medindo 5,00m de frente para a Rua 13; do lado direito mede 25,00m, fazendo divisa com o lote 12; do lado esquerdo mede 25,00m fazendo divisa com o lote 11/A; nos fundos mede 5,00m fazendo divisa com o lote 4, todos do mesmo loteamento. Obs.: Consta no laudo de avaliação que sobre o terreno foi edificada uma construção com 2 pavimentos inacabada, medindo 24m² no pavimento inferior com 2 quartos, sendo que o pavimento superior somente existem as paredes sem reboco. MATRÍCULA Nº 126.051 do 2º CRI de Jundiá. Consta que o imóvel não se encontra regularizado na Prefeitura, bem como na Matrícula, necessitando a regularização para registro. Endereço atual do Imóvel: Rua Rio Paranapanema, 39, Jd. Santo Antonio.**

AVALIAÇÃO: R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais) em 01/11/2016.

CONDIÇÕES DE VENDA: O ato observará o disposto no Provimento CSM nº 1625/2009, salvo condições aqui expressas. A comissão devida ao gestor será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, não se incluindo no valor do lance (art. 17 do Prov. CSM n. 1625/2009), sendo será paga diretamente ao gestor. O auto de arrematação será assinado por este juiz somente após a comprovação efetiva do pagamento integral do valor da arrematação e da comissão, dispensadas

as demais assinaturas referidas no art. 880, §2º do NCPC (art. 20 do Prov. CSM n. 1625/2009). **Após o encerramento do leilão o arrematante receberá instruções para os pagamentos.** Para a hipótese de não ser efetuado o depósito da oferta, o gestor comunicará imediatamente o fato ao Juízo, informando também os lances imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do Juízo, sem prejuízo da aplicação da sanção prevista no art. 897 do NCPC. Desde já, fica consignado que o arrematante terá o prazo de 24 horas para realizar os depósitos judiciais das guias emitidas automaticamente pelo sistema eletrônico após a aceitação do lance (artigos 18 e 19 do aludido Provimento). Fica claro, ainda, que, se o credor optar pela arrematação (art. 892, §1º NCPC), participará dos leilões, na forma da lei em igualdade de condições, dispensando-se a exibição do preço, até o valor atualizado do débito, e se o caso, depositará o valor excedente, dentro de 3 (três) dias. Contudo, deverá o credor pagar o valor da comissão do gestor, na forma antes mencionada, que não será considerada despesa processual para fins de ressarcimento pelo executado. Nos moldes do art. 20 do Prov. 1625/2009, o auto de arrematação somente será assinado pelo Juiz de Direito após a efetiva comprovação do pagamento integral do valor da arrematação e da comissão. Em caso de não pagamento, aplicar-se-á o disposto no artigo 21 do Provimento. Correrão por conta exclusiva do arrematante as despesas gerais relativas à desmontagem, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados (artigo 24 do Provimento). Se a penhora tiver recaído apenas sobre parte ideal de bem, a alienação se fará sobre sua integralidade. Isto porque há indivisibilidade do imóvel (art. 843, § 1º e 2º, e 894, §1º do NCPC), no entanto, não será levada a efeito expropriação por preço inferior ao da avaliação na qual o valor auferido seja incapaz de garantir, ao coproprietário ou ao cônjuge alheio à execução, o correspondente à sua quota-parte calculado sobre o valor da avaliação. **Para participar do leilão é necessário o cadastramento no site www.bigleilao.com.br, bem como o envio das documentações solicitadas (Contrato emitido pelo sistema assinado com firma reconhecida, cópias autenticadas do RG, CPF e Comprovante de Residência).** Pelo presente edital fica os **EXECUTADOS, USUFRUTUÁRIOS E DEMAIS INTERESSADOS** devidamente intimados da designação supra, caso haja eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, e que ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente edital, o qual será publicado na forma do Artº 887, §2º do NCPC e afixado na forma da lei. Campo Limpo Paulista, 24 de maio de 2017.

Dra. PATRICIA CAYRES MARIOTTI

Juíza de Direito